

ENTRE EXAUSTÃO E TRANSFORMAÇÃO PESSOAL: IMPACTOS DO ATIVISMO LGBTQIAPN+ NA VIDA DE ATIVISTAS¹

BETWEEN EXHAUSTION AND PERSONAL TRANSFORMATION: IMPACTS OF LGBTQIAPN+ ACTIVISM ON THE LIVES OF ACTIVISTS

Reziele Maria Malavasi²

Pollyana de Lucena Moreira⁴

Nico Sessak Puls⁶

Sâmella Maria Pereira Germano⁸

Leogildo Alves Freires³

Valeschka Martins Guerra⁵

Roberta Raíza Reinell⁷

Resumo: Este artigo investigou as motivações e impactos positivos e negativos do ativismo na saúde mental e bem-estar de ativistas LGBTQIAPN+ brasileiros. Participaram 18 ativistas de Instituições LGBTQIAPN+ brasileiras, com média de idade de 37,3 anos (DP=10,7). Utilizou-se um questionário online com perguntas abertas sobre motivações e impactos do ativismo, além de um questionário sociodemográfico. Os dados foram analisados através do método de análise temática. As principais motivações identificadas foram à luta por direitos e o propósito de vida. Apesar do alto nível de desgaste e exaustão, sugerindo sintomas de Burnout, o autocuidado e o reconhecimento do impacto positivo proporcionaram bem-estar aos ativistas.

Palavras-chave: Ativismo LGBTQIAPN+; Saúde Mental; Bem-Estar.

Abstract: This article investigated the motivations positive and negative impacts of activism on the mental health and well-being of Brazilian LGBTQIAPN+ activists. Eighteen activists from Brazilian LGBTQIAPN+ institutions participated, with an average age of 37.3 years (SD=10.7). An online questionnaire was used, containing open-ended questions about motivations and impacts of activism, along with a sociodemographic questionnaire. Data were analyzed using thematic analysis. The main motivations identified were the fight for rights and a sense of life purpose. Despite the high levels of wear and exhaustion, suggesting symptoms of Burnout, self-care and recognition of positive impacts provided well-being to the activists.

Keywords: Activism LGBTQIAPN+; Mental Health; Well-Being.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

2 Mestre em Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo; Psicóloga; E-mail: rezimalavasi@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4948-7799>.

3 Doutor em Psicologia Social - Universidade Federal da Paraíba; Docente e diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (Campus AC Simões); E-mail: leogildo.freires@ip.ufal.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5149-2648>.

4 Doutora em Psicologia Social - Universidade Federal da Paraíba; Professora - Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail: pollyana.moreira@ufes.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3783-0924>.

5 Doutora em Psicologia; Professora - Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail: valeschka.guerra@ufes.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7455-125X>.

6 Mestre em Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo; Assistente Social; E-mail: ivana.sessak@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0567-1060>.

7 Mestranda em Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo; Psicóloga; E-mail: roberta-raiza@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8644-0346>.

8 Mestranda em Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo; Psicóloga; E-mail: samellamariagermano@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7828-7386>.

Introdução

Na literatura científica, o preconceito e a discriminação são compreendidos como fenômenos que causam danos emocionais, cognitivos e comportamentais na pessoa ou grupo afetado, interferindo também na autoestima, sendo que estes são fatores importantes no desenvolvimento individual e nas relações interpessoais (Matos *et al.*, 2020). Allport (1954), em seu livro “The Nature of Prejudice”, definiu o preconceito como uma atitude emocional hostil que o indivíduo tem em relação a um grupo ou a um indivíduo, simplesmente por fazer parte de um grupo em questão. Essa definição destaca a natureza complexa do preconceito, que ultrapassa crenças individuais e julgamentos prévios (pré-conceito), para se manifestar em atitudes discriminatórias e comportamentos violentos em relação a grupos socialmente desvalorizados na estrutura social (Lima, 2020; 2023).

Brown (1995) acrescenta, para além dos aspectos cognitivos, a natureza social do preconceito em sua raiz e perpetuação. Lima (2023), por exemplo, menciona três questões principais para a psicologia social a respeito do preconceito: a diversidade possível de manifestações, fazendo com que sua expressão seja tanto individual quanto grupal; seu caráter contextual, em termos sociais e históricos; e seu caráter relacional, que “depende do tipo de minoria envolvida e da distribuição de poder nos planos interpessoal e intergrupal da relação estabelecida” (Lima, 2023, p. 409).

Dessa forma, o ativismo apresenta-se como estratégia na busca pela igualdade e justiça (Van Zomeren, 2015), tendo como principal característica a defesa de uma causa pautada em princípios ou valores (Klar; Kasser, 2009; Van Zomeren, 2015) que visam ao combate ao preconceito e à garantia de equidade nos direitos e nas relações intergrupais (Azevedo, 2013). Assim, a prática do ativismo busca influenciar o ambiente social, coletivo e político, em busca de mudanças sociais duradouras.

Um dos campos em que o ativismo tem se destacado é na defesa dos direitos e da igualdade para a comunidade LGBTQIAPN+. Ao longo de décadas, pessoas e grupos têm lutado incansavelmente para combater a discriminação, promover a autoaceitação (Camp; Vitoratou; Rimes, 2020; Cass, 1979), garantir igualdade de direitos (Silva; Castro; Siqueira, 2021) e assegurar que cada pessoa possa viver autenticamente, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A retirada da homossexualidade da lista de transtornos mentais do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), na década de 1970, pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) contribuiu para modificar o discurso científico acerca da orientação sexual nos Estados Unidos e em

grande parte do mundo (Freires, 2015). Em seguida, na década de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também retirou o termo de lista semelhante, sendo esta uma conquista muito importante para as pessoas LGBTQIAPN+, assim como a validação do casamento de pessoas do mesmo sexo, ocorrida primeiramente em 2001, na Holanda.

No Brasil, a união de pessoas de mesmo sexo foi reconhecida como núcleo familiar em 2011 pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF). Esta decisão foi baseada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132. A validação do casamento veio a acontecer em 2013, a partir da Resolução nº 175/2013, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Posteriormente, em 2015, outro marco importante foi alcançado, com a aprovação da possibilidade de adoção de crianças por casais do mesmo sexo (Supremo Tribunal Federal, 2022). Adicionalmente, podemos ainda mencionar a equiparação legal da LGBTfobia ao crime de racismo, conquista importante no longo processo de luta pela criminalização da LGBTfobia (Freires et al., 2021; Rezende, 2021; Supremo Tribunal Federal, 2022) e a permissão para que pessoas LGBTQIAPN+ pudessem ser doadoras de sangue (Rodrigues; Machado; Maksud, 2023; Supremo Tribunal Federal, 2022).

Esses marcos regulatórios representam passos significativos em direção à igualdade e à inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. Entretanto, a LGBTfobia⁹ persiste, e pautas que já haviam sido conquistadas têm sido postas em risco. Por exemplo, no Brasil, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados voltou a debater a Resolução nº 175/2013, acima mencionada, no decorrer do ano de 2023, querendo revogá-la, mas sem êxito. Dessa forma, o combate à LGBTfobia emerge como uma das pautas centrais nas mobilizações ativistas das minorias sexuais, visto que é uma luta em defesa da garantia de vida, do respeito e da dignidade.

Dados do dossiê do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ (2023) apontaram que 273 pessoas LGBTQIAPN+ morreram de forma violenta no ano de 2022, no Brasil, e 23 destas eram ativistas. Um estudo de revisão sistemática sobre a prevalência global de violência sexual observou que o risco de agressão sexual é maior na população LGBTQIAPN+ em comparação aos heterossexuais, mas apontou que não haviam revisões fora dos EUA (Dworkin; Krahé; Zinzow, 2021). Ademais, cabe salientar os regimes políticos

⁹ A LGBTfobia se caracteriza pelo preconceito direcionado às minorias sexuais, destacando-se como um fenômeno influenciado por normas culturais e sociais que visam marginalizar e menosprezar quem faz parte da comunidade LGBTQIAPN+.

de países como Rússia, Uganda, Argélia e Nigéria, que apoiam movimentos de homofobia, além de proibir manifestações da existência homossexual sob efeitos jurídicos de sanções, como prisão perpétua e pena de morte (Carroll; Itaborahy, 2015; Garrido, 2016). Essas informações ressaltam a importância dos movimentos ativistas em defesa da vida de pessoas LGBTQIAPN+, bem como evidenciam a exposição e os impactos que cada pessoa ativista pode vir a ter.

O estigma imposto pela sociedade aos grupos minoritários adiciona um estresse extra ao estresse cotidiano das demais pessoas da sociedade, o que tem sido chamado de “estresse de minorias” (Meyer, 2003; Costa *et al.*, 2023). A teoria desenvolvida por Meyer (1995; 2003) busca, portanto, sistematizar e explicar os estressores enfrentados por pessoas pertencentes às minorias.

No caso das minorias sexuais, o Estresse de Minoria (EM) é um fenômeno multifacetado que abrange diversas dimensões psicossociais, como a homonegatividade internalizada, que se refere à internalização de atitudes negativas e estereótipos em relação à própria orientação sexual ou à identidade de gênero. Isso pode resultar em sentimentos de vergonha, culpa e baixa autoestima (Costa *et al.*, 2023; Estrázulas; Morais, 2019; Meyer, 1995; Paveltchuk; Borsa, 2020). A ocultação da sexualidade representa outra dimensão relevante, na qual indivíduos LGBTQIAPN+ frequentemente enfrentam o dilema de revelar ou esconder sua identidade sexual, devido ao medo de discriminação, violência ou rejeição social (Costa *et al.*, 2023; Meyer, 1995; Paveltchuk; Borsa, 2020). Por fim, as experiências de estigma constituem uma dimensão crítica do EM, envolvendo a exposição a preconceitos, discriminação e violência baseados na orientação sexual ou identidade de gênero (Costa *et al.*, 2023; Estrázulas; Morais, 2019; Meyer, 1995; Paveltchuk; Borsa, 2020).

Um estudo longitudinal de dois anos verificou que experiências de vitimização e sofrimento devido ao preconceito estão associadas a sintomas depressivos e ideação suicida em jovens lésbicas, gays e bissexuais (Frost *et al.*, 2022; Burton *et al.*, 2013). Além disso, o título e o lugar de minoria acarretam em um fator de vulnerabilidade e estressor constante para a pessoa, devido ao estado de alerta em que a pessoa se coloca pelo medo dos possíveis preconceitos e violências que possam ser sofridos (Paveltchuk; Borsa, 2020).

Freires, Guerra e Nascimento (2022) afirmam a necessidade de ampliar as informações para dar visibilidade aos grupos minorizados socialmente. Para além, eles apresentam a importância de se considerar a interseccionalidade

nas pesquisas e na construção de instrumentos para a Avaliação Psicológica de grupos minorizados, visto que a vivência dessas pessoas passa por múltiplas situações de discriminação, opressão e desigualdades sociais (Collins; Bilge, 2021; Silva; Menezes, 2020). Nesse sentido, a interseccionalidade se apresenta como uma forma de compreender e analisar a complexidade do mundo na existência humana (Collins; Bilge, 2021). Na constituição do ativismo, as dinâmicas sociais perpassam pelas inter-relações de gênero, classe e raça, podendo ter impactos e motivações diferentes para cada pessoa ativista, já que as desigualdades se somam, criando diferentes camadas de exclusão (Bharadwaj; Howard; Narayanan, 2021).

Adicionalmente, em pessoas ativistas, esses estressores e vulnerabilidades ficam ainda mais evidenciados. Ao mesmo tempo em que busca impactar o ambiente social, o ativismo tem custos para as pessoas envolvidas nessa prática. Apesar da importância da questão, não existem dados suficientes sobre os impactos do ativismo na saúde mental do próprio ativista LGBTQIAPN+ (Dworkin; Krahé; Zinzow, 2021). Dessa forma, este artigo teve como objetivo levantar as motivações para ser ativista e os impactos positivos e negativos percebidos na saúde mental e no bem-estar de ativistas LGBTQIAPN+ brasileiros.

1. Metodologia

Participantes

O estudo contou com a participação de 18 ativistas de Instituições LGBTQIAPN+ brasileiras autodefinidos como gays (33,3%; n = 6), lésbicas (22,2%; n = 4), bissexuais (22,2%; n = 4) e pansexuais (22,2%; n = 4), com média de idade de 37,3 anos (DP = 10,7 com idade mínima de 20 anos e idade máxima de 57 anos). Quanto à identificação racial, 13 participantes indicaram se identificar como brancos (72,2%), enquanto os cinco restantes se declararam como pessoas pretas ou pardas (27,8%). A maior parte dos participantes afirmou possuir vínculo empregatício no momento da pesquisa (61,1%; n = 11). Todas as regiões brasileiras foram representadas, ainda que de modo não representativo (Sudeste - n = 8; Sul - n = 3; Nordeste - n = 3; Norte - n = 2; e Centro-Oeste - n = 2).

No que diz respeito à escolaridade, houve maior concentração de pessoas que possuíam ensino superior completo (n = 11; 61,1%), seguido de ensino superior incompleto (n = 4; 22,2%) e ensino médio completo (n = 3; 16,7%).

A maioria da amostra declarou ter uma crença religiosa ou espiritual ($n = 13$; 72,2%), entretanto, pouco mais da metade destes disse praticá-la com relativa frequência ($n = 8$; 61,5%).

2. Instrumentos

Questionário sobre experiências e percepções pessoais como ativista LGBTQIAPN+

Este questionário foi elaborado com a finalidade de levantar relatos das motivações e da importância atribuída ao ativismo em prol das minorias sexuais, além dos possíveis impactos na saúde mental e no bem-estar desses ativistas LGBTQIAPN+. Os participantes foram solicitados a responder cinco perguntas acerca do que é ativismo e qual o papel da organização ativista na luta pelos direitos dessa população. Em termos mais pessoais, as perguntas foram direcionadas para o papel do ativismo na vida do/a participante, além de sua percepção dos impactos negativos e positivos dessa atividade na sua integridade física e mental.

Questionário Sociodemográfico

Questionário que buscou levantar informações sociodemográficas para caracterização da amostra, tais como idade, estado de residência, identidade de gênero, orientação sexual, escolaridade, ocupação e crença religiosa ou espiritual.

3. Procedimento de Coleta

Para o convite aos ativistas, foi realizado um levantamento das organizações que atuam na defesa dos direitos da população LBGTQIAN+ no Brasil. A listagem final contava com 113 organizações. Para a coleta de dados, foi desenvolvido um questionário online construído no Google Forms, cujo link de acesso foi divulgado em forma de convite para todas as instituições listadas, via e-mail, redes sociais (Twitter, Facebook e Instagram) e em um aplicativo de troca de mensagens (Whatsapp). Ao acessar o link divulgado, a pessoa encontrava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na primeira página. Assim que os participantes da pesquisa declaravam ciência e consentimento com relação aos possíveis riscos e benefícios do estudo, eram direcionados para a página que continha os instrumentos de autorrelato a serem respondidos.

É válido mencionar que, mesmo utilizando a estratégia de levantamento e convite às Instituições, apenas 18 indivíduos responderam ao questionário. A baixa adesão pode ser atribuída a fatores como: a natureza voluntária da participação, a disponibilidade limitada de tempo dos potenciais respondentes ou outras possíveis justificativas relevantes. Apesar da limitação no número de participantes, os dados obtidos forneceram informações relevantes e consistentes para os objetivos do estudo.

4. Procedimentos éticos

Este artigo deriva de um projeto já submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (CAAE: 30922620.5.0000.5542) e atende a todas as recomendações éticas estabelecidas nas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

5. Procedimentos de análise de dados

Análises estatísticas descritivas, como cálculo de frequências, médias e desvios padrões foram realizadas para caracterização sociodemográfica da amostra com auxílio do *Software IBM SPSS Statistics* (versão 23). As respostas referentes ao questionário sobre experiências e percepções pessoais como ativista LGBTQIAPN+ foram submetidas à análise temática (AT), que é conceituada por Braun e Clarke (2006) como um conjunto de técnicas que objetiva identificar, analisar, interpretar e relatar padrões dos conteúdos temáticos presentes em um material, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de: 1) Familiarização com os dados; 2) Produção de códigos iniciais; 3) Busca de temas potenciais; 4) Revisão dos temas com geração de mapa temático da análise; 5) Definição e nomeação dos temas; e 6) Produção do relatório/escrita das análises que permitem a inferência de conhecimentos relativos à temática.

6. Resultados e Discussão

As respostas referentes ao ativismo e aos impactos na saúde física e mental, a partir desse envolvimento, estão descritas a seguir, organizadas segundo os eixos temáticos encontrados e com as respectivas categorias e subcategorias (as subcategorias estão marcadas em *itálico* no decorrer do texto para melhor compreensão). As frases entre aspas referem-se às respostas dos participantes, que serão referenciados pela respectiva ordem de respostas (participante 1 ao participante 18), sua orientação sexual, idade e região.

7. Definição de Ativismo

Neste eixo temático, foram analisadas as respostas dadas pelos participantes à pergunta sobre a definição de ativismo. De modo geral, os participantes apontaram para duas definições centrais de ativismo partindo da referência de luta e movimento, sendo: 1. Luta como parte de um propósito de vida; e 2. Luta política e por direitos. Essas categorias foram formadas com alicerce nas subcategorias que englobam cada uma e que podem ser vistas na figura 1.

Figura 1: Mapa temático da definição de ativismo



Luta como parte de um propósito de vida

Nesta categoria, percebeu-se a prática do ativismo como forma de **agir em prol de uma causa** a que se sente pertencente e/ou que beneficia outras pessoas. Como exemplos de respostas categorizadas neste tema, tem-se: “Sair em defesa de ideais em prol do outro” (Participante 11, bissexual, 37 anos, região Norte) e “Ativismo é se colocar em prol de uma causa e contribuir de maneira benéfica de todas as maneiras que você puder” (Participante 18, mulher cis bissexual, 21 anos, branca, região Sudeste).

Dessa forma, entende-se que, para ser ativista, é necessário energia e entrega a partir de onde se desenha a segunda subcategoria: **luta por um ideal**. No relato da próxima participante, observa-se a importância dada a essa entrega por causa de uma motivação maior, ou seja, a crença em algo que faça sentido como parte da definição de ativismo: “Lutar por uma causa pela qual se acredita” (Participante 15, homem bissexual, 20 anos, branco, região Sudeste).

Logo, é possível observar que o ativismo pode ser compreendido como uma dimensão individualizada de um ato político, por se caracterizar como gesto ou doação de si próprio para um bem maior, uma dedicação individual a causas coletivas. Isso corrobora com estudos que afirmam que o ativismo político se relaciona positivamente com a autotranscendência (Vecchione et al., 2015) e com o sentimento de conexão que dá sentido à vida (Barton; Hart, 2023). Além disso, como veremos a seguir, as respostas se direcionam para o sentido de uma luta por direitos, uma vez que o ativismo está diretamente ligado às minorias.

Luta política e luta por direitos

Como citado anteriormente, as categorias ligam-se entre si, pois, além da luta ser por uma causa que implica diretamente nos indivíduos, envolve essencialmente os coletivos, que, por vezes, enfrentam embates na sociedade. Dessa forma, uma subcategoria encontrada foi a de “vestir a camisa”, que se refere à importância de se entregar nas ações diárias voltadas para a defesa do endogrupo. A participante 4 exemplifica esse comportamento: “Participação, palestras, ações, mobilizações, políticas públicas, eventos todos, vestir a camisa...” (Participante 4, mulher pansexual, 45 anos, parda, região Norte).

Adiciona-se esse comportamento à importância de criar ferramentas e se mobilizar, como complementa o participante 8: “Na minha opinião, o ativismo precisa se dissociar da ideia do herói, do agente da transformação e focar em uma atuação que propõe a criação de ferramentas para a transformação, que podem ser utilizadas por muitas pessoas, por quem quiser” (Participante 8, homem gay, 43 anos, branco, região Sudeste).

Finalmente, a definição de ativismo chega ao papel de promover ações para garantia de direitos, como forma de luta política que perpassa principalmente pelos Direitos Humanos, como pode ser observado nas respostas a seguir: “Para mim, ativismo é quando uma pessoa ou grupo se dedica a defesa de uma pauta específica, geralmente ligada a questão dos

direitos humanos” (Participante 14, homem pansexual, 26 anos, branco, região Nordeste), e “Ativismo é uma designação relativa a ações de luta de um ou mais coletivos/movimentos sociais que enfrentam vulnerabilidades e que necessitam garantir direitos” (Participante 6, mulher lésbica, 51 anos, branca, região Centro-Oeste).

8. Papel da organização ativista

A segunda pergunta buscou compreender o papel atribuído às organizações ativistas, visto que esse papel consequentemente corresponde às respostas que o ativismo trará à sociedade. A mobilização, no sentido da ação de se movimentar para articular defesa e estratégias, foi evocada como ponto comum às duas categorias encontradas, sendo: 1. Papel ativo de luta por direitos; e 2. Papel de educação e conscientização da sociedade. Estas categorias e suas respectivas subcategorias podem ser vistas na figura 2 e serão exploradas a seguir.

Figura 2: Mapa temático do papel de uma organização ativista



Papel ativo de luta por direitos

O papel ativo de luta por direitos é tido como essencial para a concretização do ativismo, principalmente porque, segundo os ativistas, a organização tem o papel de combater intolerância e preconceito, pois denuncia a LGBTQIAPN+fobia e é espaço de segurança para as pessoas. As respostas a seguir evidenciam isso: “Garantir e conquistar direitos, denunciar LGBTfobia” (Participante 3, homem cis gay, 52 anos, preto, região Nordeste) e “[...] papel fundamental de respaldo e suporte ao grupo minoritário [...]” (Participante 18, mulher cis bissexual, 21 anos, branca, região Sudeste).

Dessa forma, combater intolerância e preconceito é um caminho e uma forma de lutar pelo direito e proteção de uns aos outros, que aparece como a segunda subcategoria, principalmente lutando pelos direitos das identidades sexuais que cada Organização se propõe. Como exemplo, tem-se as respostas: “Lutar pela conquista e preservação dos direitos das famílias homotransafetivas” (Participante 1, homem homossexual, 46 anos, branco, região Sul) e “[...] a luta pelos direitos é uma forma de sobrevivência nos dias atuais, visto que, além das questões básicas do ser humano, quando nos referirmos a transmasculinidades no Brasil, temos o agravante da transfobia, que se manifesta de diversas formas. Portanto, estarmos organizados é uma forma de realizarmos uma luta coletiva, de protegermos uns aos outros da forma que podemos” (Participante 14, homem pansexual, 26 anos, branco, região Nordeste).

Papel de educação e conscientização da sociedade

Em ambas as categorias, a mobilização apareceu como base para impulsionar o papel da organização. Enquanto na anterior a mobilização tinha função de preparar ações para defesa de direitos, tanto dentro da própria comunidade LGTBQPQIAN+ como frente a outros grupos sociais, nesta categoria ela tem a função de potencializar as ações de conscientização por meio da sinergia produzida nesses espaços. Essa sinergia provém da junção de forças que querem dar voz às minorias, que é a primeira subcategoria dessa categoria e que pode ser vista nas respostas a seguir: “Organizar os movimentos da melhor forma possível, para que as pessoas consigam se unir e ter uma voz maior” (Participante 15, homem bissexual, 20 anos, branco, região Sudeste) e “Nós queremos fazer barulho, somar nossa voz a de tantos movimentos” (Participante 7, homem cis homossexual, 35 anos, branco, região Sudeste).

A partir dessa perspectiva de organização e de voz ativa, cabe à organização, segundo os ativistas, usar dessa voz para ser ponto de diálogo e de estratégias como meio de acessar a sociedade de forma positiva: “Reunir pessoas de diferentes áreas do conhecimento para ações organizadas em relação à causa” (Participante 12, mulher bissexual, 36 anos, branca, região Sudeste) e “Ser um ponto de referência, diálogo, acolhimento e de estratégia de ações” (Participante 5, mulher lésbica, 37 anos, preta, região Centro-Oeste).

Ademais, os ativistas apontam para a importância dessa construção de diálogo e conscientização junto à garantia de direitos por meio da presença no sistema legislativo: “A gente acredita que precisa de direitos e leis e isso acontece através da ocupação de cargos públicos eletivos. Acreditamos que o legislativo é um lugar estratégico. Atuamos em 3 frentes de ação: 1) Apoio a lideranças políticas LGBTQ+: treinamento e capacitação, cartilhas, apoio na relação com partidos, apoio psicológico, apoio jurídico; 2) Mobilização do eleitorado: site tutorial para regularização de título, site com candidaturas LGBTQ+, site com filmes LGBTQ+; e 3) influência no debate público: através de cultivo da relação com a imprensa, criação de campanhas de sensibilização” (Participante 8, homem gay, 43 anos, branco, região Sudeste).

É interessante observar que as duas subcategorias encontradas corroboram com os estudos de Jiang e Ni (2009), que afirmam que as organizações ativistas desempenham papel duplo: atuam como voz representativa para seu público-alvo, como também papel de “comunicador público” para toda a sociedade, sendo fontes de informações. Além disso, destaca-se também a importância da presença em pautas sociais e políticas públicas, correspondendo ao estudo de Asal *et al.* (2017), que verificou que o sucesso dos esforços de defesa LGBTQIAPN+ depende dessas atitudes públicas pré-existentes em relação aos direitos da referida população.

9. Motivações para ser ativista

As respostas dadas à pergunta sobre as motivações para ser um ativista foram organizadas neste eixo. As motivações para ser um ativista envolvem a importância atribuída à luta por direitos e a expressão (ou materialização, vivência) de um propósito de vida. O eixo é dividido em duas categorias: 1. Luta por direitos e 2. Propósito. Vale apontar que ambas as categorias partilham de uma mesma subcategoria: **pertencimento**. As demais também podem ser vistas na figura 3.

Figura 3: Mapa temático do papel do ativismo na vida do ativista

Luta por direitos

A menção à luta por direitos tem sido recorrente em todos os eixos temáticos até o momento. Isso corrobora com a ideia central sobre o ativista dada por van Zomeren (2015), que afirma que o ativista é aquele que participa em prol do movimento. Além disso, o ativismo está intrinsecamente ligado aos movimentos sociais. É a partir do compartilhamento e do reconhecimento identitário que coletivos enfrentam estruturas sociais dominantes para garantir direitos (Abers; Bülow, 2011). Dito isso, esta categoria contempla três subcategorias, sendo elas: defesa da vida, formação de rede de apoio e pertencimento.

A defesa da vida compreende tanto o sentimento de que o ativismo salva a si mesmo, como o de que salva outras pessoas. Aqui podem ser destacadas as respostas que figuram essa importância: “Salvam vidas” (Participante 1, gay, 46 anos, região Sul) e “O ativismo é parte do trabalho que assumi devido à formação como estudiosa sobre sexualidade e gênero, ao mesmo tempo é pela defesa da minha própria vida e das pessoas que não se identificam com a cisheteronorma” (Participante 6, mulher lésbica, 51 anos, branca, região Centro-Oeste).

Outro papel importante do ativismo é o de formação de rede de apoio, a partir da somatória de forças que os encontros nos grupos de que fazem parte proporcionam, tanto para se fortalecerem quanto para fortalecer outras pessoas e, assim, lutar por direitos. Estas respostas exemplificam isso:

“Tem impacto positivo, uma vez que posso compartilhar e expandir minha rede de influência e ajuda, agregando mais pessoas ao trabalho voluntário e impactando mais pessoas” (Participante 18, mulher cis bissexual, 21 anos, branca, região Sudeste) e “É uma forma de eu conseguir atuar de através de um facilitador, com uma estrutura e envolvimento de outros profissionais para complementar o atendimento aos grupos minorizados” (Participante 17, homem cis homossexual, 31 anos, branco, região Sudeste).

Ainda, os participantes suscitaram o papel de pertencimento que o ativismo permite ocupar, fazendo com que, encontrando e entendendo quem se é, a pessoa possa também buscar e assumir seu lugar no mundo, como pode ser observado nestas respostas: “Papel transformador e emancipador, pois, além de lésbica, sou quilombola e o ativismo me faz sentir viva em busca de dias melhores” (Participante 5, mulher lésbica, 37 anos, preta, região Centro-Oeste) e “É fundamental, sem o ativismo, eu não seria quem sou hoje e as minorias de minha cidade continuariam sendo ignoradas pelo poder público e pela sociedade” (Participante 10, mulher lésbica, 42 anos, branca, região Sul). Esses resultados vão de encontro à Teoria da Identidade Social de Tajfel (1981), pois é a partir da identidade social que o indivíduo consegue analisar o modo como seu grupo é tratado, em comparação ao tratamento recebido por outros grupos na sociedade, e assim perceber situações de justiça que levam à necessidade de participar e mudar o contexto do seu grupo (Fernandes; Pereira, 2018). Além disso, essas respostas evidenciam a interseccionalidade que permeia a existência dessas participantes, pois, além da identidade de gênero, a raça também influencia nos impactos e motivações para ser ativista (Collins; Bilge, 2021).

Propósito

A categoria de propósito também recebeu 3 subdivisões, sendo: pertencimento, dedicação e compaixão. Todas contemplam esse papel principal de que o ativismo em sua vida tem significado e sentido.

O pertencimento aparece também nesta categoria, porque sua definição contempla encontrar um significado para a própria existência e, com ele, fazer valer seu papel por meio de ações, como pode ser observado nas respostas das participantes: “O ativismo por essa e demais causas faz com que eu sinta que tenho um papel a cumprir. E que é importante que eu, junto com outras pessoas, o faça” (Participante 13, transmasculino não-binário pansexual, 35 anos, branco, região Nordeste) e “Papel transformador e emancipador, pois além de lésbica, sou quilombola e o ativismo me faz sentir viva em busca de dias melhores” (Participante 5, mulher lésbica, 37 anos, preta, região Centro-Oeste).

Por sua vez, a subcategoria de dedicação refere-se ao tempo dedicado para as ações ativistas. Os ativistas dedicam suas vidas ao propósito maior, como pode ser visto nas respostas a seguir: “O ativismo me deixa em movimento, faz com que o meu pensamento esteja sempre em sintonia com as questões coletivas e individuais. Me leva a ter um objetivo, algo que faz sentido em todo meu processo” (Participante 14, homem pansexual, 26 anos, branco, região Nordeste) e “Muito grande, ele ocupa basicamente 80% do meu dia” (Participante 15, homem bissexual, 20 anos, branco, região Sudeste).

Para fechar esta categoria, tem-se a compaixão. Os ativistas não agem apenas para si próprios, mas também pelo outro. O sentimento e a ação que compõem o ser compassivo aproximam pessoas e fortalecem lutas: “Fez com que eu saísse da zona de conforto e pensasse mais nos outros [...]” (Participante 9, mulher lésbica, 57 anos, branca, região Sul) e “O ativismo é parte do trabalho que assumi devido à formação como estudiosa sobre sexualidade e gênero, ao mesmo tempo é pela defesa da minha própria vida e das pessoas que não se identificam com a cisheteronorma” (Participante 6, mulher lésbica, 51 anos, branca, região Centro-Oeste).

Além disso, a ação ativista permite o cuidado e a atenção consigo mesmo, por meio da autocompaixão, como o Participante 8 relata: “Propósito, direção e ampliação das minhas próprias ferramentas para lidar com as opressões sofridas tanto por mim quanto pelas pessoas que amo” (Participante 8, homem gay, 43 anos, branco, região Sudeste).

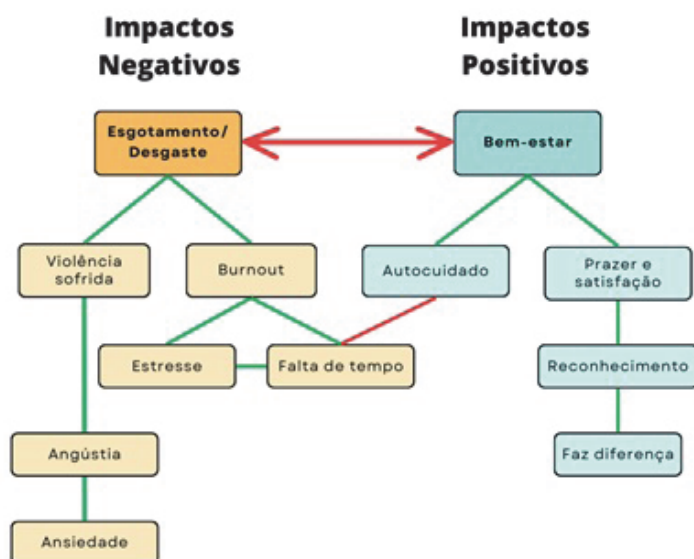
Nota-se que os ativistas relatam uma preocupação consigo mesmos, mas, principalmente, com o outro, retomando os estudos de Vecchione *et al.* (2015), que verificou que pessoas ativistas possuem índices maiores de autotranscedência e abertura à mudança de valores. Tanto o papel de luta por direito quanto o papel de propósito remetem a subcategorias que envolvem cuidado e luta para além de si próprio.

Tomando em consideração o exposto, as diferentes percepções sobre o ativismo LGBTQIAPN+, evidenciadas nas motivações que levam os ativistas a se engajarem em suas atividades, podem funcionar como importante fator mediador no que se refere à forma com a qual tais pessoas experienciam e lidam com as adversidades e desafios do cotidiano ativista, influenciando o modo como as referidas vivências impactam sua saúde mental e física, conforme será explorado na sessão a seguir.

10. Saúde mental e física: aspectos positivos e negativos

Com base nas respostas obtidas neste eixo a partir da pergunta sobre os impactos percebidos na saúde física e mental, visou-se a explorar as associações entre os aspectos positivos e negativos da saúde mental e física dos ativistas através de uma análise temática em redes. A figura 4 apresenta as categorias encontradas a que se relacionam. Através dela, é possível perceber que os impactos negativos observados na saúde mental da amostra tiveram como principal motivo percebido o esgotamento e desgaste, sugerindo Síndrome de Burnout como um dos aspectos negativos de ser ativista, bem como a violência sofrida em decorrência da vivência ativista, que envolve contato direto com as opressões que buscam reduzir/eliminar. Por outro lado, os impactos positivos foram relacionados, pelo discurso apresentado pela amostra, à elevação do bem-estar por meio do aumento do autocuidado e do prazer e da satisfação a partir do reconhecimento quanto ao fazer ativista, bem como através da percepção de que as ações ativistas realizadas promovem diferença na vida de outras pessoas LGBTQIAPN+.

Figura 4: Mapa temático dos impactos positivos e negativos na saúde do ativista¹⁰



¹⁰ As setas e linhas apresentadas pressupõem relações entre os impactos a partir da análise temática. Linhas verdes indicam impactos que potencializam outros, enquanto as vermelhas indicam oposição entre impactos.

Impactos negativos do ativismo: esgotamento/desgaste

Na somatória de impactos percebidos, o esgotamento é o principal fator negativo sentido no corpo e na mente pelo cansaço advindo das diversas violências sofridas e do Burnout vivenciado. Vale sinalizar o porquê de optar-se por posicionar esgotamento e Burnout em pontos diferentes no mapa, quando se sabe que Burnout é o próprio esgotamento. Na verdade, a categoria de esgotamento e desgaste vai além dessa subcategoria, que é um distúrbio emocional proveniente de situações de jornadas desgastantes que demandam muita responsabilidade (Ministério da Saúde, n.d.). O esgotamento percebido nesta amostra também é resultado das ameaças e violências sofridas por conta do preconceito de uma sociedade doente. Assim, tem-se as duas subcategorias principais: violência sofrida e burnout. Estresse, falta de tempo, angústia e ansiedade são fatores adjacentes que compõem as subcategorias.

Como citado anteriormente, a violência sofrida é experienciada dia após dia pelas pessoas ativistas. Seja no formato de violência física ou de violência psicológica, ela se faz presente nos espaços da sociedade em que o respeito e acolhimento estão ausentes, gerando angústia e ansiedade. Os relatos das participantes apontam esses impactos: “Somos vítimas de violência todos os dias” (Participante 2, homem pansexual, 37 anos, preto, região Sudeste) e “Me tornei o principal alvo de ataques dos grupos que querem nos calar” (Participante 10, mulher lésbica, 42 anos, branca, região Sul).

O participante 17 relata ainda o impacto direto em sua saúde mental, pela ansiedade desenvolvida nestes espaços: “Por ser uma constante montanha russa emocional, muitas vezes me vejo muito ansioso e com questões de saúde mental de certa forma mal resolvidas” (Participante 17, mulher trans não-binário pansexual, 22 anos, branca, região Sudeste).

A subcategoria burnout diz respeito ao desgaste e exaustão sofridos por conta das demandas e responsabilidades adquiridas na vida diária do ativista que, por consequência, acaba não tendo tempo para cuidar de si, enquanto cuida das demandas sociais. Dessa forma, os dois fatores adjacentes do Burnout percebidos nas respostas foram a falta de tempo e o estresse. A seguir, encontram-se relatos que correspondem à subcategoria: “A gente não consegue relaxar. Também faz com que de tanto cuidar a gente acaba não se cuidando” (Participante 3, homem cis gay, 52 anos, preto, região Nordeste) e “Impactos negativos na saúde mental devido ao estresse, principalmente quando tenho que lidar com ameaças a nossos direitos” (Participante 12, mulher bissexual, 36 anos, branca, região Sudeste).

Observa-se, nesta categoria, os prejuízos percebidos na saúde física e mental dos ativistas LGBTQIAPN+, perpassando pelo desgaste devido à entrega ao movimento e à exposição direta ao medo de preconceitos, ameaças e violências. Estes resultados corroboram com os estudos de estresse de minorias (Paveltchuk; Borsa, 2020; Frost *et al.*, 2022; Meyer, 2003), por meio dos quais percebe-se que é principalmente pelos estressores externos que as pessoas atribuem impactos negativos da ação ativista percebidos na saúde mental, enfatizando o caráter prejudicial das experiências de estigma. Salienta-se o fator de vulnerabilidade adicional que é ser ativista, pois ele entra em contato com situações de sofrimento, em uma sociedade que negligencia e ameaça os direitos já conquistados pela população LGTBQIAPN+.

No que tange aos impactos negativos apontados pela amostra da atual pesquisa, um estudo qualitativo realizado Baêre e Zanello (2022), que investigou a forma como ativistas gays e lésbicas entendem como suas representatividades e ocupações enquanto parte do movimento LGBTQIAPN+ impactam seu bem-estar e saúde mental, aponta para achados similares. Evidencia-se, assim, a importância do equilíbrio necessário no que diz respeito ao tempo despendido em atividades e compromissos relacionados ao movimento social, considerando o desgaste emocional, psicológico e físico que podem acarretar, bem como o comprometimento de outras áreas da vida do ativista e de seu cuidado pessoal, uma vez que, por vezes, ocupa-se em demasia com apenas essa esfera.

Impactos positivos do ativismo: bem-estar

Esta categoria apresenta os impactos positivos do ativismo na saúde dos ativistas LGBTQIAPN+. Segundo a Organização Mundial da Saúde (1946), a saúde é definida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”. Dessa forma, os impactos positivos observados debruçam-se todos em cima do bem-estar, sustentado pelas subcategorias de autocuidado e de prazer e satisfação pela ação e luta abraçada.

Na subcategoria de autocuidado, foram incluídas as respostas que contemplam o autocuidado com o corpo, por meio do cuidado com a alimentação e exercícios físicos, e também psicológico, através do enriquecimento da autoestima a partir do trabalho de autoaceitação propiciado pelos espaços de socialização e acolhimento das organizações ativistas. A seguir, tem-se algumas das respostas que originaram essa subcategoria: “Os impactos que observo na saúde física estão ligados a melhorias na minha saúde mental, em parte consequência desse novo trabalho com essas pessoas. Um

interesse em me alimentar bem, e cuidar melhor de mim” (Participante 13, transmasculino não-binário pansexual, 35 anos, branco, região Nordeste) e “Sim, na troca de conhecimento e no cuidado com meu corpo [...] o ativismo nos fortalece, ajuda na autoestima, na autoaceitação” (Participante 5, mulher lésbica, 37 anos, preta, região Centro-Oeste).

Vale ressaltar que o fator falta de tempo foi visto como percalço para maior autocuidado, como também apontado pelos achados de Baére e Zanello (2022), pois, ao mesmo tempo que a noção de autocuidado da população LGBTQIAPN+ se faz mais presente, o tempo é escasso para balancear o tempo para si e para as atividades da organização, como foi apontado por esta participante: “O ativismo me faz desejar estar bem em termos de saúde, pensar minha vida a médio/longo prazo. E como impacto negativo, estar em movimento exige tempo, então nem sempre consigo equilibrar atividades físicas com trabalho/militância” (Participante 14, homem pansexual, 26 anos, branco, região Nordeste).

Finalmente, na subcategoria de prazer e satisfação, encontram-se as respostas que alguns participantes atribuíram como aspectos positivos percebidos pelo seu fazer no ativismo. Os ativistas LGBTQIAPN+ afirmam que perceber que faz a diferença para as pessoas da comunidade e o reconhecimento por tal são os fomentos que potencializam a sua satisfação pessoal, resultando, inclusive, em felicidade: “Senso de satisfação pela contribuição, acolhida e pertencimento, saber que contribui com a comunidade” (Participante 17, homem cis homossexual, 31 anos, branco, região Sudeste) e “Felicidade em apoiar pessoas” (Participante 1, homem homossexual, 46 anos, branco, região Sul).

Vale ressaltar que experienciar um aspecto positivo não isenta os ativistas de também perceberem impactos negativos, como relata a Participante 6: “A percepção é mais de aspectos positivos, pois tenho prazer ao desenvolver este trabalho. Os negativos serão algumas angústias ao presenciar acontecimentos ruins, mas isso não afeta ao ponto de me deixar abater demais, pois a vida tem que seguir e isso faz parte da luta” (Participante 6, mulher lésbica, 51 anos, branca, região Centro-Oeste).

Isso levanta a pauta de que, quando se tem propósito, mesmo que haja algum sofrimento e dificuldades no caminho, o prazer por lutar junto aos demais se sobressai, evidenciando características de altruísmo e de autotranscendência. Essa percepção é coerente com a literatura na área, que sugere que indivíduos que se comprometem e atuam em algo que consideram importante e maior do que eles mesmos apresentam maiores índices de bem-estar, evidenciando como as percepções e motivações acerca do

ativismo exercido podem influenciar a vivência dos desafios presentes em suas práticas e, consequentemente, seus indicadores de saúde mental e física frente a isso (Dwyer *et al.*, 2019; Gates; Dentato, 2020).

11. Considerações finais

O objetivo desse artigo foi levantar a motivação para ser ativista LGBTQIAPN+ no Brasil e verificar quais eram os impactos positivos e negativos percebidos na saúde mental e no bem-estar decorrentes dessa atividade. De maneira geral, é possível observar que o que motiva o engajamento das pessoas LGBTQIAPN+ no ativismo é a identificação com a luta, seja percebendo essa identificação como propósito de vida ou como dever político, corroborando com estudos consistentes da literatura da área. Também foram obtidos importantes resultados a respeito dos impactos na saúde mental de ativistas LGBTQIAPN+ brasileiros, evidenciando que o desgaste se contrapõe com o bem-estar, pois, embora apresentem oposição, ambos podem ser vivenciados pela mesma pessoa. O estresse de minorias e a Síndrome de Burnout apareceram como possíveis impactos sofridos pela dedicação despendida, bem como o medo e as violências já sofridas. Entretanto, o bem-estar eleva-se por meio do autocuidado, a partir da autoaceitação e do acolhimento em grupo, assim como correlaciona-se com prazer e satisfação pelo senso de propósito seguido e percebido.

As principais limitações desse estudo estão relacionadas com a baixa participação de ativistas LGBTQIAPN+ e da alta concentração de respondentes do Sudeste, podendo haver pouca representatividade quando comparada às outras regiões brasileiras. Futuros estudos podem avaliar a relação dos construtos e das percepções dos ativistas em amostras maiores e em pesquisas de caráter quantitativo e quali quantitativo. Também podem ser analisadas as relações entre a saúde mental de ativistas comparadas a de aliados ao movimento, considerando que, em diversas organizações, os aliados também fazem parte e são de grande valia, mas não enfrentam o preconceito de serem parte da sigla LGBTQIAPN+.

Vale ressaltar que o ativismo LGBTQIAPN+ no Brasil é diverso e multifacetado, com diferentes organizações e grupos trabalhando em várias questões, como direitos civis, visibilidade, garantia de trabalho, saúde e educação. Entretanto, demonstra-se ser um trabalho muito custoso e a passos lentos, diante de tantos preconceitos enfrentados. É por isso que este artigo se mostra relevante, pois considera a visão de quem dedica a vida à garantia de vidas dignas para compreender os impactos sentidos pela população, e, a partir desses resultados, pode-se pensar em estratégias tanto

a nível acadêmico, de saúde, político e social por meio de intervenções e políticas públicas.

Por fim, é importante destacar a relevância de adotar uma abordagem interseccional ao analisar as experiências das participantes. Ao considerar não apenas a identificação de gênero, mas também a raça na caracterização e contextualização das e dos participantes, ela evidencia a complexidade das vivências das pessoas LGBT, que são moldadas por múltiplas formas de opressão e marginalização. Ao reconhecer essas interseções, é possível desenvolver intervenções mais eficazes e inclusivas que abordem as necessidades específicas e os desafios enfrentados por diferentes grupos dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Portanto, recomenda-se que futuras pesquisas e práticas profissionais adotem uma perspectiva interseccional para uma compreensão mais completa e sensível das questões enfrentadas pelas minorias sexuais.

Referências

ABERS, R.; BÜLOW, M. U. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?”. **Sociologias**, v. 13, n. 28, pp. 52-84, set. 2011.

ALLPORT, G. W. **The Nature of Prejudice**. Cambridge, MA: Addison-Wesley, 1954.

ASAL, V.; MURDIE, A.; SOMMER, U. “Rainbows for Rights: The Role of LGBT Activism in Gay Rights Promotion”. **Societies Without Borders**, v. 12, n. 1, 2017.

AZEVEDO, M. L. N. “Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social?”. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, n. 1, pp. 129-150, mar. 2013.

BAÉRE, F.; ZANELLO, V. “Trajetórias de lésbicas e gays no ativismo: representatividades gendradas que impactam o bem-estar e a saúde mental”. **Revista Ártemis**, v. 33, n. 1, 2022.

BARTON, C.; HART, R. “The Experience of Self-Transcendence in Social Activists”. **Behavioral Sciences**, v. 13, n. 1, pp. 66-88, 2023.

BHARADWAJ, S.; HOWARD, J.; NARAYANAN, P. “Using participatory action research methodologies for engaging and researching with religious minorities in contexts of intersecting inequalities”. **CREID Working Paper**, Institute of Development Studies. 2021.

BRAUN, V.; CLARKE, V. "Using thematic analysis in psychology". **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, pp. 77-101, 2006.

BROWN, R. **Prejudice: Its social psychology**. Malden; Oxford: Blackwell Publishing, 1995.

BURTON, C. M. *et al.* "Sexual minority-related victimization as a mediator of mental health disparities in sexual minority youth: A longitudinal analysis". **Journal of Youth and Adolescence**, v. 42, n. 3, pp. 394-402, 2013.

CAMP, J.; VITORATOU, S.; RIMES, K. A. "LGBQ+ Self-Acceptance and Its Relationship with Minority Stressors and Mental Health: A Systematic Literature Review". **Archives of Sexual Behavior**, v. 49, pp. 2353-2373, jun. 2020.

CARROLL, A.; ITABORAHY, L. P. **State-sponsored homophobia: A world survey of laws: criminalisation, protection and recognition of same-sex love**. Geneva: ILGA, 2015.

CASS, V. C. "Homosexual identity formation: A theoretical model". **Journal of Homosexuality**, v. 4, n. 3, pp. 219-235, 1979.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução CNJ nº 175/2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasil, 2013.

COSTA, A. B. *et al.* "Validade e fidedignidade de um protocolo para avaliar o estresse de minoria em pessoas trans e diversidade de gênero". **Interação em Psicologia**, v. 27, n. 2, pp. 178-188, 2023.

DWORKIN, E. R.; KRAHÉ, B.; ZINZOW, H. "The Global Prevalence of Sexual Assault: A Systematic Review of International Research Since 2010". **Psychology of violence**, v. 11, n. 5, pp. 497-508, 2021.

DWYER, P. C. *et al.* "When does activism benefit well-being? Evidence from a longitudinal study of Clinton voters in the 2016 U.S. presidential election". **PLoS ONE**, v. 14, n. 9, 2019.

FERNANDES, S. C. S.; PEREIRA, M. E. "Endogrupo versus exogrupo: O papel da identidade social nas relações intergrupais". **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, pp. 30-49, 2018.

FREIRES, L. A. **Atitudes frente a homoparentalidade: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas**. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba. 2015.

FREIRES, L. A. *et al.* “Contrastando opiniões acerca da adoção de crianças por casais hetero e homossexuais”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n. spe. 3, pp. 1-14, 2021.

-----; GUERRA, V. M.; NASCIMENTO, A. S. “Desafios e proposições para a avaliação psicológica com grupos minorizados: (Des)alinhamentos sociopolíticos”. **Avaliação Psicológica**, v. 21, n. 4, pp. 383-396, 2022.

FROST, D. M. *et al.* “Social Change and the Health of Sexual Minority Individuals: Do the Effects of Minority Stress and Community Connectedness Vary by Age Cohort?” **Archives of Sexual Behavior**. v. 51, n. 4, pp. 2299-2316, 2022.

GARRIDO, R. “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil – Uma leitura dos movimentos ativistas no Uganda”. **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 31, pp. 95-114, 2016.

GATES, T. G; DENTATO, M. P. “Volunteerism, mental health, and well-being in the lesbian, gay and bisexual Community”. **Social Work in Mental Health**, v. 18, n. 6, pp. 670-683, 2020.

JIANG, H.; NI, L. “Activists playing a dual role: identities, organizational goals, and public relations practices”. **Journal of Public Affairs**, v. 9, pp. 288-300, 2009.

KLAR, M.; KASSER, T. “Some Benefits of Being an Activist: Measuring Activism and Its Role in Psychological Well-Being”. **Political Psychology**, v. 30, n. 5, pp. 755-777, 2009.

LIMA, M. E. O. **Psicologia Social do Preconceito e do Racismo**. [E-book]. São Paulo: Blucher, 2020. ISBN: 9786555500127

-----. Preconceito. In: TORRES, Ana R. R. *et al.* **Psicologia Social: temas e teorias**. São Paulo: Blucher, 2023. pp. 405-440.

MATOS, V. J. *et al.* “Bullying, preconceito e autoestima: discutindo as principais relações e distinções”. **Psicologia Argumento**, v. 38, n. 102, pp. 647-668, 2020.

MEYER, I. H. “Minority stress and mental health in gay men”. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 36, n. 1, pp. 38-56, 1995.

-----. “Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence”. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, pp. 674-697, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. “Síndrome de Burnout”. In: **Saúde de A à Z**, (n.d.). Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**. Dossiê 2022. 2023. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenclaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**, 1946. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

PAVELTCHUK, F. O.; BORSA, J. C. “A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais”. **Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, v. 21, n. 2, pp. 41-54, 2020.

REZENDE, A. T. **Crenças sobre a cura da homossexualidade**: uma explicação a partir de variáveis socioculturais. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba. 2021.

RODRIGUES, L. M.; MACHADO, C. G.; MAKSDUD, I. “Doação de sangue de homens gays e bissexuais: contextualizando a aprovação do Supremo Tribunal Federal”. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 32, pp. 1-13, 2023.

SILVA, D. W. G.; CASTRO, G. H. C.; SIQUEIRA, M. V. S. “Ativismo LGBT organizacional: debate e agenda de pesquisa”. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 3, pp. 434-462, 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277**. O Plenário, por unanimidade, reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, sujeita às mesmas regras e consequências da união estável heteroafetiva. Brasil, 2011. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132**. Brasil, 2011. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Direito das pessoas LGBTQIAP+**: Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/12/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

VAN ZOMEREN, M. "Collective action as relational interaction: A new relational hypothesis on how non-activists become activists". **New Ideas in Psychology**, 39 (March), pp. 1-11, 2015.

VECCHIONE, M. *et al.* "Personal values and political activism: A cross-national study". **British Journal of Psychology**, v. 106, pp. 84-106, 2015.

Recebido em abril de 2024.

Aceito em janeiro de 2025.